

TJGO



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

GOIÂNIA-GO . FEVEREIRO/2020

1 ANO DE GESTÃO

**PRINCIPAIS AÇÕES
ESTRATÉGICAS
E RESULTADOS
DAS METAS**

BIÊNIO 2019/2021





PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

PLENÁRIO

Desembargadora	BEATRIZ FIGUEIREDO FRANCO
Desembargador	NEY TELES DE PAULA
Desembargador	LEOBINO VALENTE CHAVES
Desembargador	GILBERTO MARQUES FILHO
Desembargador	JOÃO WALDECK FÉLIX DE SOUSA
Desembargadora	NELMA BRANCO FERREIRA PERILO
Desembargador	WALTER CARLOS LEMES (Presidente)
Desembargador	CARLOS ESCHER
Desembargador	KISLEU DIAS MACIEL FILHO (Corregedor-Geral da Justiça)
Desembargador	ZACARIAS NEVES COELHO
Desembargador	LUIZ EDUARDO DE SOUSA
Desembargador	ALAN SEBASTIÃO DE SENA CONCEIÇÃO
Desembargador	LEANDRO CRISPIM
Desembargador	ITANEY FRANCISCO CAMPOS
Desembargadora	AMÉLIA MARTINS DE ARAÚJO
Desembargador	LUIZ CLÁUDIO VEIGA BRAGA
Desembargador	IVO FÁVARO
Desembargador	JEOVÁ SARDINHA DE MORAES
Desembargador	FAUSTO MOREIRA DINIZ
Desembargador	NORIVAL SANTOMÉ
Desembargador	CARLOS ALBERTO FRANÇA (Ouvidor do Poder Judiciário)
Desembargador	FRANCISCO VILDON JOSÉ VALENTE
Desembargador	AMARAL WILSON DE OLIVEIRA
Desembargador	JOSÉ PAGANUCCI JÚNIOR
Desembargadora	MARIA DAS GRAÇAS C. REQUI
Desembargadora	AVELIRDES A. PINHEIRO DE LEMOS
Desembargadora	ELIZABETH MARIA DA SILVA
Desembargador	ORLOFF NEVES ROCHA
Desembargador	GERSON SANTANA CINTRA
Desembargadora	CARMECY ROSA MARIA ALVES DE OLIVEIRA
Desembargador	EDISON MIGUEL DA SILVA JR
Desembargador	NICOMEDES DOMINGOS BORGES (Vice-Presidente)
Desembargador	ITAMAR DE LIMA
Desembargadora	SANDRA REGINA TEODORO REIS
Desembargador	OLAVO JUNQUEIRA DE ANDRADE
Desembargador	GUILHERME GUTEMBERG ISAC PINTO
Desembargador	JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA
Desembargador	CARLOS ROBERTO FÁVARO
Desembargador	DELINTRO BELO DE ALMEIDA FILHO
Desembargador	JAIRO FERREIRA JUNIOR
Desembargador	MARCUS DA COSTA FERREIRA

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DO TJGO BIÊNIO 2019/2021

Presidente DESEMBARGADOR WALTER CARLOS LEMES	Diretor de Cerimonial e Relações Públicas ROBERTO NASCIMENTO
Vice-Presidente DESEMBARGADOR NICOMEDES DOMINGOS BORGES	Diretor da Controladoria Interna MARLLUS NAVES DE ÁVILA
Corregedor-Geral da Justiça DESEMBARGADOR KISLEU DIAS MACIEL FILHO	Assessor Militar TEN. CEL. JONEVAL GOMES DE CARVALHO JUNIOR
Ouvidor do Poder Judiciário DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO FRANÇA	Diretor-Geral RODRIGO LEANDRO DA SILVA
Diretor da Escola Judicial do Estado de Goiás DESEMBARGADOR MARCUS DA COSTA FERREIRA	Diretora Administrativa TATIANA RODRIGUES FERREIRA
Juízes Auxiliares da Presidência CLÁUDIO HENRIQUE ARAÚJO DE CASTRO FABIANO ABEL DE ARAGÃO FERNANDES SIRLEI MARTINS DA COSTA	Diretor Financeiro IRISMAR DANTAS DE SOUZA
Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS ALGOMIRO CARVALHO NETO DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA	Diretor de Informática ANDERSON YAGI COSTA
Secretária-Geral da Presidência ELIENE MARIA RAMOS	Diretor de Obras LUIZ CLÁUDIO DIAS FERREIRA
Diretora de Planejamento Estratégico MISLENE MEDRADO DE OLIVEIRA BORGES	Diretora de Recursos Humanos WANESSA OLIVEIRA ALVES
Diretor de Gestão da Informação ANTÔNIO PIRES DE CASTRO JÚNIOR	Diretor do Centro de Saúde PAULO HENRIQUE FERNANDES SARDEIRO
Diretora Judiciária MÁRCIA PERILLO FLEURY BARCELOS	Diretor da Junta Médica MICHELLE VASCONCELOS DA SILVA PRADOL
Diretor do Centro de Comunicação Social LUCIANO AUGUSTO SOUZA ANDRADE	



Nossa preocupação é fazer mais e melhor do que já fizemos em 2019. Continuaremos trabalhando com o apoio dos magistrados e servidores para modernização do nosso Judiciário.

Walter Carlos Lemes
Presidente do TJGO

PALAVRA DO PRESIDENTE

UM ANO DE MUITO TRABALHO PELA MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO

QUANDO assumi a presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) ressalttei, no meu discurso de posse, quais seriam os pilares da minha gestão: a informatização, o uso melhor da tecnologia, a conciliação e a relação harmônica entre os poderes. Portanto, são premissas da nossa gestão intensificar o uso dos sistemas de mediação, através de acordo entre as partes, com vistas à redução da taxa de congestionamento das unidades judiciárias; o aperfeiçoamento do sistema de Processo Judicial por meio eletrônico; a sessão de forma virtual, bem como ampliar a velocidade do *link* de dados para todas as unidades judiciárias do Estado, a fim de tornar o processo judicial mais acessível aos participantes da Justiça, para levar uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz à sociedade.

Foi neste sentido que eu e minha equipe trabalhamos neste primeiro ano. Tudo que é para modernizar, avançar e melhorar o atendimento ao jurisdicionado foi e continuará sendo minha prioridade. Quero deixar um legado de modernidade, para que muitos projetos iniciados neste momento sejam usufruídos pelas gestões futuras.

Em 2019, nossa produtividade chegou a 106%, o que mostra que nossos juizes e servidores têm trabalhado muito. Além disso, também destaco o trabalho em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça e o bom diálogo entre o Judiciário e os poderes Executivo e Legislativo.

Não podemos ter medo de enfrentar o novo. E, com a equipe de magistrados e servidores que temos, é possível tornarmos o Judiciário goiano mais moderno. A expectativa do jurisdicionado exige de nós mais trabalho e uma preocupação constante da nossa gestão em como atendê-lo.

Nas próximas páginas, apresentamos as principais realizações e resultados deste primeiro ano à frente da Presidência do TJGO. Também vamos relacionar projetos e iniciativas com as metas propostas no Plano de Gestão 2019/2021. Plano esse elaborado em conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e do Plano Estratégico do Tribunal de Justiça de Goiás (sexênio 2015/2020).

Para 2020, nosso empenho é fazermos melhor e mais do que em 2019!

TJGO EM NÚMEROS

PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS

3 MILHÕES

de atos, (despachos, decisões, sentenças e audiências)

7

novas varas judiciais instaladas

106,76%

Índice de Atendimento à Demanda (IAD) do Judiciário Goiano

1,8 MILHÃO

acervo judicial

905.498

processos baixados (arquivados)

848.161

processos distribuídos

79,54%

acervo eletrônico

20,46%

acervo físico

880.579

juízos

800.124

1º Grau

80.455

2º Grau

13.531

prisões cautelares (de acordo com o Controle de Prisões do SPG)

9.421

audiências de custódia

35

adoções efetivadas

PAI PRESENTE

5.912

entrevistas realizadas

1.868

reconhecimentos realizados

1.406

exames de DNA realizados

OUVIDORIA

6.562

manifestações registradas

98,7%

registros solucionados (restante em andamento)

14ª SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO EM GOIÁS

R\$ 200,8

milhões em acordos

69.014

audiências realizadas

61.574

acordos

JUSTIÇA ATIVA

9.143

audiências

3.782

sentenças

14

comarcas

ÓRGÃO ESPECIAL

666

acórdãos

781

despachos e decisões

25

sessões presenciais (presenciais ordinárias e extraordinárias)

9

sessões virtuais

SESSÕES VIRTUAIS NAS 6 CÂMARAS CÍVEIS

112

realizadas

14.732

processos julgados nas sessões virtuais

TJGO EM NÚMEROS

ACELERAR PREVIDENCIÁRIO

8.084

audiências

7.345

sentenças proferidas

35

comarcas

JUSTIÇA RESTAURATIVA

841

pessoas atendidas

SEEU

52 MIL

processos implantados

SOCIAL - DOAÇÕES

5 MIL

peças de roupas descaracterizadas

2

camionetes para OVG

NA MÍDIA

13.475

notícias publicadas em web, televisão, rádio e impresso

78,9%

Positivas

15,4%

Neutras

5,7%

Negativas

REDES SOCIAIS

INSTAGRAM

20 MIL

seguidores - Aumento de 566%

FACEBOOK

20 MIL

seguidores - Aumento de 25%

TWITTER

80 MIL

seguidores - Aumento de 8%

INVESTIMENTOS

R\$ 68 MILHÕES

reforma do Bloco B do edifício sede do TJGO (economia de 31,39%)

R\$ 12 MILHÕES

construção do novo fórum de Bela Vista de Goiás

R\$ 16 MILHÕES

projeto de instalação de usinas de captação de energia solar (painéis fotovoltaicos)

R\$ 2 MILHÕES

conclusão da reforma do fórum da comarca de Catalão

R\$ 2 MILHÕES

construção do 1º e 2º Cejusc no Fórum Cível de Goiânia

R\$ 3,5 MILHÕES

aquisição de novos mobiliários

R\$ 3 MILHÕES

modernização do sistema de segurança

R\$ 2,5 MILHÕES

sistema integrado de gestão de pessoas

R\$ 2 MILHÕES

digitalização do acervo processual

R\$ 3,2 MILHÕES

expansão do sistema de telefonia VOIP

R\$ 40 MILHÕES

aquisição de equipamentos microcomputadores e notebooks

TOTAL R\$

154,2 MILHÕES

Prestação Jurisdicional



Sessão Virtual no Órgão Especial e Câmaras Cíveis

Implementada em março de 2019 na 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), a sessão virtual obteve resultados animadores e, em razão deles, foi adotada pelo Órgão Especial e também nas demais câmaras cíveis. Em 2019, o total de processos julgados nas seis câmaras cíveis chegou a 14.732. Os desembargadores podem julgar os processos – em até cinco dias – de qualquer lugar que tenha um computador e *internet* disponíveis.

“É com muita expectativa que iniciamos esse novo sistema moderno, que vai acelerar bastante o trâmite processual. A intenção é expandir para todas as câmaras cíveis, a exemplo da 2ª Câmara que começou o projeto-piloto”, disse o presidente do TJGO no dia da primeira sessão virtual do Órgão Especial.

A novidade torna mais ágil o julgamento da pauta de processos e representa um dos pilares da atual gestão da presidência do TJGO. A sessão eletrônica vai funcionar em grande parte dos processos, naqueles em que não existe o pedido de sustentação oral por parte de advogados ou do Ministério Público, nem pedido dos relatores ou de demais membros do Órgão Especial.





CEJUSC DA SAÚDE

CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA DA SAÚDE

1º Cejusc da Saúde do Brasil

Entre 2008 e 2017, o número de demandas judiciais relativas à saúde aumentou 130% em Goiás. Enquanto isso, o crescimento total de processos judiciais foi de 50%. O Judiciário goiano recebe uma média de 15 processos por dia relacionados à questão. Diante desse cenário, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) e a Diretoria do Foro da comarca de Goiânia instalaram, em setembro de 2019, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Saúde (Cejusc da Saúde), que funciona no mezanino do Fórum Cível Heitor de Moraes Fleury.

O Cejusc da Saúde do Judiciário goiano é o primeiro no Brasil exclusivo para atender demandas de saúde. O Centro realiza a gestão dos conflitos que envolvem a judicialização



da saúde pela aplicação de métodos adequados de solução de disputas (mediação e conciliação), promovendo a todos os cidadãos a garantia dos direitos de cidadania, emergindo como estratégia para o tratamento das demandas pré-processuais e processuais.

A unidade funciona de forma interinstitucional, contando com a parceria das procuradorias do Estado e Município, Defensoria Pública e Ministério Público Estadual, secretarias da Saúde do Estado e do Município, Comitê Estadual de Saúde, Ipasgo, Agência Nacional de Saúde (ANS), assim como as empresas de planos de saúde operantes em Goiás.

1ª UPJ nas varas de família de Goiânia

A 1ª Unidade de Processamento Judicial (UPJ) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás foi inaugurada no dia 13 de dezembro. O projeto-piloto começou com a unificação das seis varas de família da comarca de Goiânia. A implantação da UPJ foi estabelecida no Provisório Conjunto nº 01/2019, assinado pelo presidente Walter Carlos Lemes e pelo corregedor-geral da Justiça do Estado de Goiás, desembargador Kisleu Dias Maciel Filho.

“A entrega mais qualificada com a especialização do atendimento nas varas de família é uma forma de trabalhar melhor com o que temos. Essa é uma experiência que já existe em outros Estados do País, e a tendência é migrarmos para outras áreas também e consolidarmos essa nova forma de trabalho”, enfatiza o diretor do Foro da comarca de Goiânia, juiz Paulo César Alves das Neves.

A mudança abrange a forma de trabalho, com padronização, otimização das rotinas, uniformização de procedimentos, gerando um ganho de produtividade e redução de tempo de entrega do serviço da escrivania. A unidade funciona no 1º andar do Fórum Cível Dr. Heitor Moraes Fleury. O juiz de Direito William Fabian de Oliveira Ramos é o juiz coordenador da 1ª UPJ. A estrutura conta com 21 servidores, 28 estagiários e uma gestora master. Além disso, cada um dos seis gabinetes das varas de família foi reforçado com um servidor e um estagiário.

A experiência é de muito sucesso em alguns Estados, principalmente em São Paulo e Mato Grosso do Sul, onde a melhora em números gerais é de 30% na produtividade e na redução do prazo de entrega dos procedimentos da escrivania.





CPE

Implantação da Central de Processamento Eletrônico do 1º Grau de Jurisdição. Esta é uma estratégia de racionalização dos serviços judiciais, com o direcionamento da força de trabalho da área-meiio de 2º grau para a área-fim de 1º grau. O Decreto Judiciário nº 2621/19 dispõe sobre a criação da Central. Inicialmente foram alocados 20 servidores para a unidade.

Readequação da força de trabalho de 1º grau

Atendimento à Resolução 219, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata da readequação da força de trabalho de servidores do primeiro grau. A equalização foi necessária, com direcionamento da força de trabalho da área-meiio de 2º grau para área-fim de 1º grau.

O plano de ação foi coordenado pelo desembargador Carlos Alberto França, presidente da Comissão de Implementação da Resolução 219, e cumpriu o acordado com o CNJ. De acordo com o desembargador, o plano de ação sobre a forma de encaminhamento de servidores para o 1º grau foi elaborado cuidadosamente para não impactar a rotina de trabalho dos servidores. "Serão criadas, aqui na capital, centrais de apoio às comarcas do interior, para que não haja a necessidade de deslocar servidores para as demais unidades judiciais do Estado, preservando os seus vínculos sociais e familiares".



Elevação da comarca de São Luís de Montes Belos

A comarca de São Luís de Montes Belos foi elevada à entrância intermediária conforme consta no artigo 17 da Lei Estadual nº 20.510, de 11 de julho de 2019. O presidente Walter Carlos Lemes esteve na cidade, em outubro, para a solenidade, acompanhado dos juízes auxiliares Sirlei Martins da Costa e Cláudio Henrique Araújo de Castro, e da secretária-geral da Presidência, Eliene Maria Ramos.



Reestruturação de 15 comarcas

A estrutura organizacional de 15 comarcas de entrância inicial e intermediária do Poder Judiciário do Estado de Goiás foi alterada. As comarcas de Acreúna, Anicuns, Aragarças, Bom Jesus de Goiás, Caiapônia, Campos Belos, Guapó, Itapuranga, Jussara, Mozarlândia, Padre Bernardo, Piracanjuba, Pirenópolis, Pires do Rio, São Miguel do Araguaia passaram a ser estruturalmente organizadas em duas varas judiciais com as seguintes denominações e competência: 1ª Vara Judicial (Família e Sucessões, Infância e Juventude, Cível e Juizado Especial Cível); 2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal).

Administradores judiciais

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargador Walter Carlos Lemes, determinou, em outubro, que o sistema eletrônico de sorteio seja o modelo adotado para a escolha dos administradores judiciais que farão parte do Banco de Administradores Judiciais do TJGO.

A criação do Banco de Administradores Judiciais foi proposta pelo presidente do TJGO ao corregedor-geral da justiça, desembargador Kisleu Dias Maciel Filho, com a finalidade de preservar os princípios da transparência, publicidade, isonomia, moralidade e impessoalidade. A iniciativa já é adotada em tribunais como o de São Paulo, Alagoas e do Rio de Janeiro.

O modelo busca a efetiva padronização dos procedimentos que permeiam as atividades de contratação de tais auxiliares e de órgãos prestadores de serviços técnicos. Uma audiência pública sobre o tema será realizada no dia 4 de março de 2020, no TJGO.

Processo Híbrido

Já está implantado em 95% das comarcas do Estado. Com a migração para o processo híbrido, os autos que tenham se iniciado pelo modo físico passam a tramitar digitalmente, mantendo o número originário e os dados já cadastrados ao tempo da migração, sem que haja a digitalização das peças que compõem os autos físicos. Os autos físicos vão ficar na escrivaninha para que os advogados ainda tenham a possibilidade de fazer carga nos processos.

Engenharia e Infraestrutura

Primeira reforma do anexo B

Esta é a primeira vez que o prédio, inaugurado em 1986 e que abrigou a sede do fórum da comarca de Goiânia, passará por ampla reforma, a exemplo do Bloco A, inaugurado no final de 2018. As obras tiveram início em novembro de 2019.

As adequações prediais têm o intuito de tornar o edifício moderno e sustentável do ponto de vista ambiental. Será instalada iluminação de baixo consumo elétrico (LED), além de equipamentos de ar condicionado com maior

eficiência energética. O valor da obra, inicialmente orçado em R\$99.538.433,94, alcançou, ao final da concorrência pública, o valor final de R\$ 68.284.924,48, o que significa uma economia na licitação de R\$ 31.253.508,46, ou seja, 31,39% do valor previsto.

“Pensamos nos magistrados, servidores, mas também nos usuários. É a realização de um sonho que está se concretizando. Queremos que os usuários se sintam bem servidos. Foi pensado algo simples, moderno e



economicamente viável”, declarou o presidente do TJGO, Walter Carlos Lemes, na ocasião da assinatura da ordem de serviço.

A área a ser reformada é de 35.912,93 m² e abrigará os gabinetes dos desembargadores e dos juízes substitutos em segundo grau, além das câmaras cíveis e criminais, com suas respectivas secretarias. O local acomodará, ainda, algumas áreas administrativas, bancos e comissões.

As unidades que funcionarão no prédio contarão com maior conforto térmico e acústico, divisórias piso-teto modernas, mais leves e resistentes. A obra contemplará banheiros públicos em todos os pavimentos e a substituição dos seis elevadores com tecnologia avançada, visando à melhoria da velocidade e maior capacidade de transporte de pessoas. Os reeducandos que trabalham no TJGO, motoristas e terceirizados terão copas individuais. No espaço destinado aos terceirizados haverá sala de descanso, banheiros e box. Cada copa será equipada com uma geladeira, forno, mesa para refeições, armários planejados e bancada de apoio.

Segundo o diretor-geral do TJGO, Rodrigo Leandro da Silva, a reforma já conta com algumas etapas concluídas e uma equipe constituída pela administração acompanha diariamente o andamento dos trabalhos. “A atividade de fiscalização visa garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro. Daremos todas as condições para que a contratada possa executar a obra com a maior qualidade e celeridade possível”, destaca.



Gabinetes dos desembargadores

Durante a reforma do anexo B, os gabinetes dos desembargadores do TJGO, seções e câmaras cíveis e criminais e unidades administrativas estão funcionando no Edifício Lourenço Office (Av. T-07, esquina com Av. Mutirão), indicado como mais adequado para locação após visitas técnicas a dez edifícios. A necessidade de realocação das unidades teve o intuito de evitar que os usuários internos e externos ficassem expostos aos riscos decorrente das obras, como poluição sonora extrema, poeira, suspensão do fornecimento de energia elétrica, quedas constantes da rede de dados e comunicação, além dos riscos de acidentes pessoais.



Novo fórum de Bela Vista de Goiás

A comarca de Bela Vista de Goiás vai ganhar um novo fórum. O local tem mais de 10 mil metros quadrados, contará com uma área construída de mais de 4 mil metros quadrados e está localizado no Setor Via das Flores. Essa foi a primeira obra lançada na gestão do presidente Walter Carlos Lemes.

O prédio do novo fórum será modelo para as outras comarcas do Estado, com uma nova concepção arquitetônica e de engenharia, visando a atender as diretrizes de acessibilidade, eficiência e sustentabilidade ambien-



tal, previstas na Resolução CNJ nº 114/2014 (energia solar, reaproveitamento de água pluvial, entre outros). Comportará três varas judiciais e um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc). A licitação foi realizada no dia 29 de janeiro de 2020.

O investimento é de R\$ 46 milhões, que resultará numa economia anual de energia de mais de R\$ 5 milhões.

O projeto aproveitará os potenciais de geração nas unidades judiciárias, reduzindo a dependência e o custo relativo a fontes externas de energia. Outros benefícios da instalação da energia solar: geração de eletricidade sem emissões de gases de efeito estufa, sem resíduos e sem ruídos; sem necessidade de água para operação, aliviando a pressão sobre recursos hídricos escassos; baixo impacto para o meio ambiente; diversificação da matriz elétrica, aumentando a confiabilidade do sistema de suprimento de energia elétrica.

A licitação, em dezembro de 2019, encontra-se na fase de homologação e a instalação dos painéis terá início no primeiro semestre de 2020.



É do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás o maior projeto público para captação de energia solar em curso no Estado, que prevê a instalação de usinas de captação de energia solar (painéis fotovoltaicos) para os edifícios do Poder Judiciário. A ação significará um grande avanço no campo da sustentabilidade ambiental, por se tratar de uma fonte de energia limpa e renovável.

Manutenção predial especializada

A manutenção predial das unidades do Poder Judiciário foi completamente terceirizada, englobando mão de obra e materiais. O modelo vai garantir agilidade nos serviços, uma vez que não será mais necessária licitação para compra de produtos para os reparos. Além de dar mais celeridade ao procedimento, o TJGO passou a fazer a manutenção preventiva, algo inédito no Poder Judiciário Goiano. Para atendimento a todas as unidades do TJGO, foram contratadas três empresas.

As manutenções são divididas em três tipos: preventiva, corretiva e programada. A primeira é realizada de forma periódica, a cada três meses, e pretende evitar o aparecimen-

to de defeitos, causados por uso normal e rotineiro dos equipamentos e instalações, ou mesmo por desuso. A intenção é diminuir, substancialmente, o acionamento para atendimentos corretivos. A segunda se destina aos reparos emergenciais, e a terceira modalidade refere-se às manutenções de maior impacto, como, por exemplo, pintura geral, substituição de pisos e revestimentos.

Magistrados, servidores e terceirizados poderão acompanhar a data da manutenção predial preventiva programada para sua unidade judiciária. O cronograma está disponível na intranet, no menu serviços, e é atualizado pela Diretoria de Obras do TJGO periodicamente.



1º e 2º Cejusc de Goiânia no Fórum Cível

Um novo espaço no Fórum Cível Dr. Heitor Moraes Fleury abrigará o 1º e 2º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc). O 1º Cejusc é destinado aos juizados e causas cíveis de 1º grau da comarca de Goiânia, e o 2º Cejusc é exclusivo para causas de Família.

O espaço foi projetado para garantir mais conforto e melhor acolhimento aos jurisdicionados. A intenção é oferecer um tratamento mais digno, ético e com maior urbanidade à população que procura o Judiciário goiano. O foco é cuidar do atendimento pres-

tado ao jurisdicionado. Especialmente no Cejusc de Família, o atendimento será ampliado na nova estrutura, com salas de mediação mais adequadas e confortáveis para receber os familiares envolvidos na causa.

No Fórum Cível, o Cejusc contemplará 30 bancas, sendo 26 salas de conciliação e quatro de mediação, mais amplas para comportar o número maior de participantes. Haverá a unificação das secretarias em um único atendimento, respeitando as áreas de atuação, o que resultará na otimização da estrutura e dos recursos humanos.



Reforma concluída

Em junho de 2019, foi concluída a reforma do bloco A do Palácio da Justiça Clenon de Barros Loyola, compreendendo adequações no projeto para abrigar a Corregedoria-Geral da Justiça e a conclusão da instalação do ar condicionado, que requereu tratativas junto à direção da Enel para a ligação da nova subestação de energia.

Capela

A capela Nossa Senhora da Imaculada Conceição, no térreo do prédio do TJGO, foi reinaugurada no dia 18 de setembro de 2019, com a realização de uma missa de ação de graças, celebrada pelo arcebispo metropolitano de Goiânia, Dom Washington Cruz.



Paisagismo

Elaboração de projeto paisagístico e execução de serviços de jardinagem e arborização dos espaços internos e externos ao Palácio da Justiça Clenon de Barros Loyola. O trabalho é realizado em cooperação com a Prefeitura de Goiânia (Comurg) e também contempla instalação de iluminação em led e irrigação automatizada. Ainda, tendo em vista a existência de um manancial de águas no subsolo do edifício sede do TJGO, está sendo elaborado um projeto de recuperação e bombeamento das águas para abastecer o lago principal do Bosque dos Buritis, a fim de readequar seu volume hídrico. Na oportunidade também será construída uma fonte em frente à entrada principal Palácio da Justiça.

Fórum de Catalão

A obra para retomada e conclusão do novo prédio do fórum da comarca de Catalão foi retomada em outubro de 2019. A previsão é de que a obra seja entregue em fevereiro deste ano.

Reformas no interior

Com a contratação de empresas para manutenção preventiva e corretiva foram programadas, para 2020, a adequação estrutural nas comarcas de Alto Paraíso, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Aragarças, Crixás, Firminópolis, Goianira, Itumbiara, Ivolândia, Mineiros, Mozarlândia, Nerópolis, Sanclerlândia, Turvânia, Uruaçu e Vianópolis.

Juizado da Infância e da Juventude

Em dezembro de 2019, foi autorizada a readequação das instalações físicas do imóvel que abriga o Juizado da Infância e da Juventude da comarca de Goiânia. Serão realizadas adequações de projetos elétrico e lógico e de divisórias. Conclusão dos serviços para abril de 2020.

Itumbiara

Autorizada, no mês de dezembro de 2019, a instauração de procedimento licitatório objetivando a reforma no estacionamento e rampa de acesso da comarca de Itumbiara. Previsão é de que a reforma seja concluída em agosto de 2020.

Segurança



Novo sistema

A atual gestão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás assinou contrato com empresa que oferece tecnologia de última geração em sistemas de segurança por videomonitoramento com reconhecimento facial, leitura de placas de veículos e controle de acesso biométrico. O novo sistema traz uma série de inovações tecnológicas que garantem modernidade e, especialmente, promovem condições adequadas de segurança pessoal e patrimonial ao TJGO e, além disso, está em conformidade com recente resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Resolução nº 291, de 23 de agosto de 2019.

Os equipamentos serão instalados no Palácio da Justiça Clenon de Barros Loyola, Fórum Cível Dr. Heitor de Moraes Fleury, Fórum Criminal Desembargador Fenelon Teodoro Reis e Centro de Distribuição (CD).

“A modernização do sistema de segurança é uma das metas da gestão do presidente Walter Carlos Lemes, preocupado com o bem-estar dos magistrados, servidores e cidadãos e também com a proteção do patrimônio do Tribunal”, ressalta o diretor-geral, Rodrigo Leandro da Silva. A administração está investindo R\$ 3,5 milhões na implantação e manutenção do novo sistema.

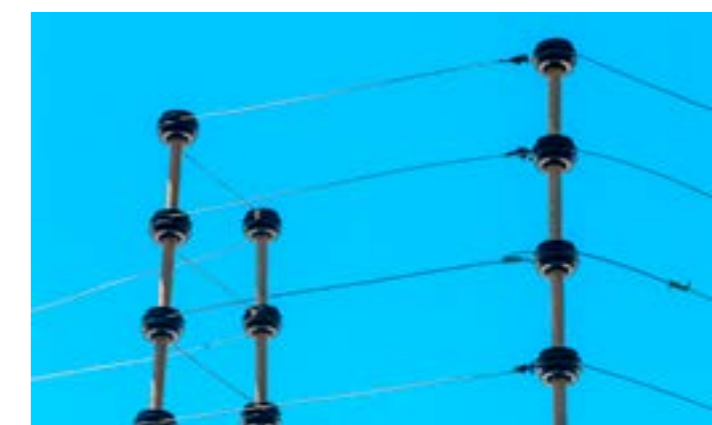
Como essa tecnologia trará mais segurança?

- Reconhecimento facial e o videomonitoramento assistido
- Envio de alerta caso a pessoa esteja inserida na chamada blacklist (uma lista com nomes que possuem alguma restrição judicial, como mandados de prisão ou ordem de restrição, por exemplo)
- Cercas virtuais que funcionam com sensor infravermelho (caso alguém tente ultrapassar essa barreira virtual, a Central de Segurança será avisada)
- Catracas têm tecnologia que autorizará o acesso por biometria, senha ou cartão (RFID)
- Pórticos de detectores de metal mais modernos
- Novas cancelas no estacionamento para acesso por biometria, cartão ou pela leitura da placa do veículo
- Sinalização da disponibilidade de vagas



Segurança no interior

Aquisição de equipamentos de segurança e monitoramento por vídeo CFTV com tecnologia IP, para aumentar os níveis de segurança das comarcas do interior. A licitação foi homologada no mês de dezembro de 2019 e a previsão é de que os equipamentos sejam instalados no primeiro semestre do ano de 2020.



Cercas elétricas

Os fóruns de 26 comarcas do interior tiveram o padrão de segurança reforçado com a instalação de concertina e cerca elétrica. Os serviços foram concluídos em novembro de 2019.

Gestão de Pessoas



Identificação funcional

O uso do crachá funcional será normatizado a fim de melhorar os níveis de segurança e controles de acesso, facilitando a identificação dos servidores, visitantes e colaboradores para os públicos interno e externo. A licitação para o fornecimento dos crachás foi realizada em 2019 e os mesmos serão disponibilizados até maio. Ainda, magistrados e servidores terão uma nova carteira funcional, com fé pública e validade em todo território nacional. A previsão é de que as carteiras sejam emitidas até o mês de junho de 2020.

Diárias

O Órgão Especial do TJGO aprovou, em dezembro de 2019, a Resolução nº 120, que dispõe sobre a solicitação, pagamento e a prestação de contas das diárias e ajuda de custo por deslocamentos em veículo próprio, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás. A nova resolução entra em vigor no dia 8 de fevereiro de 2020 e torna o procedimento de pagamento e prestação de contas de diárias simplificado e célere.

Data-Base

O Órgão Especial aprovou o projeto de lei que trata da revisão geral anual da remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Goiás. O índice aprovado foi de 3,75% para o exercício de 2019, superior aos 3,43% solicitados pelo Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça do Estado de Goiás.

Reestruturação administrativa

Necessidade de aprimorar a estrutura administrativa do TJGO, por meio de análises e estudos comparativos, buscando maior eficiência administrativa, com atribuições funcionais mais claras e objetivas, bem como a disponibilização de maior força de trabalho para a atividade finalística. Como resultado, no ano de 2019, foram reestruturadas a Junta Médica, o Centro de Saúde, Assessoria Militar, Secretaria de Gestão Estratégica (atual Diretoria de Planejamento Estratégico), diretorias Administrativa, de Obras e Informática.

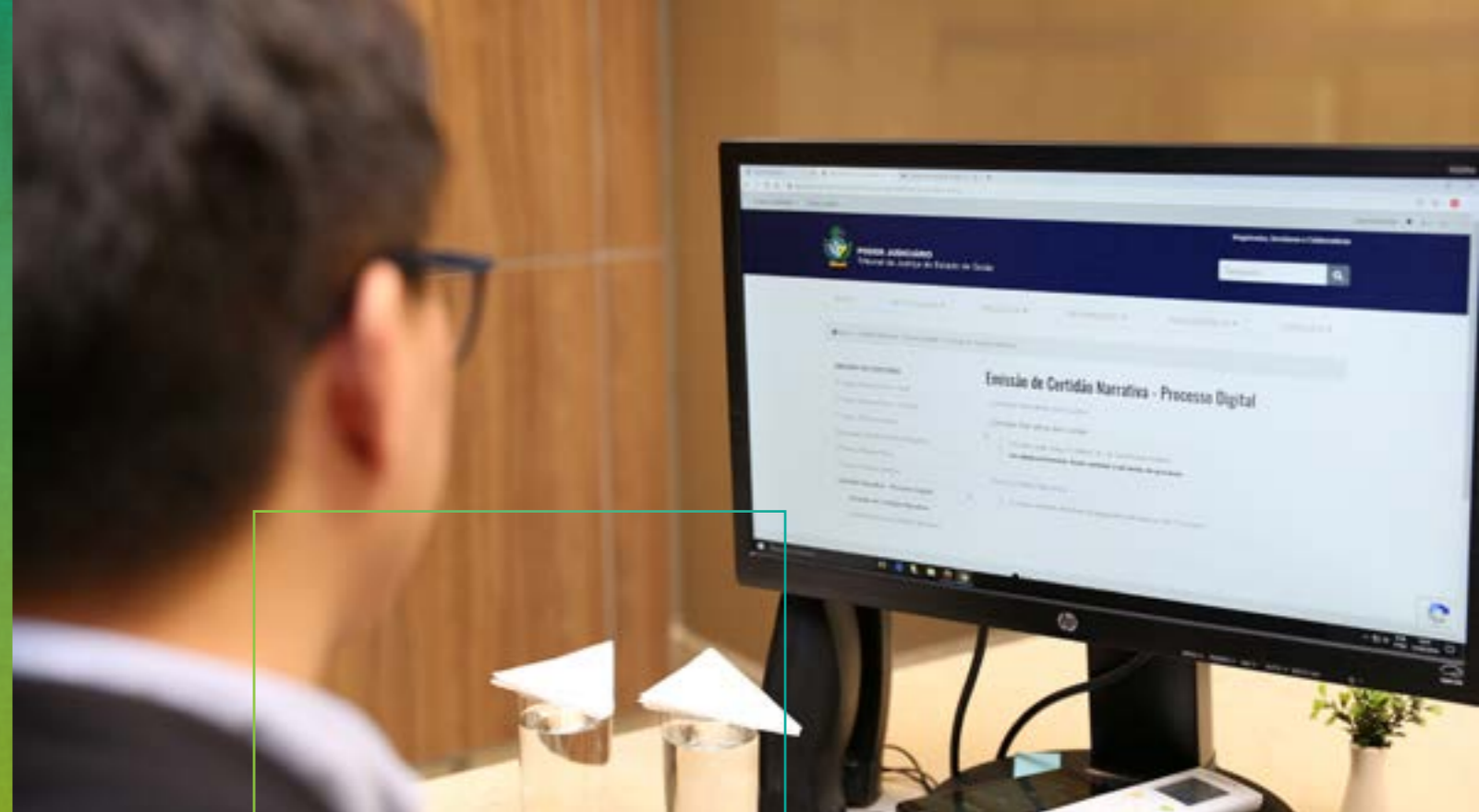


Concursos

A Fundação Carlos Chagas foi contratada, em dezembro de 2019, para a realização do 57º Concurso de Provas e Títulos para Juiz Substituto do Estado de Goiás. A Administração está buscando recursos para a realização do certame, a fim de garantir o provimento das varas do interior do Estado. A previsão é que o concurso seja concluído no mês de dezembro de 2020.

Também foram adotadas as medidas para a realização do concurso de provas e títulos para Outorga das Delegações de Notas e de Registros do Estado de Goiás. Certame deve ser finalizado no final deste ano.

Tecnologia da Informação e Comunicação



Links de alta velocidade

A instalação de *links* de alta velocidade para transmissão de dados foi concluída no mês de outubro e abrangeu 32 comarcas e a Escola Judicial de Goiás (Ejug). Em alguns fóruns, o aumento foi de 1250% na velocidade. Entre o prédio do TJGO e do Fórum Cível foi implantada a redundância.

Novos computadores

Microcomputadores e *notebooks* estão sendo adquiridos com a finalidade de atualizar e re-aparelhar o parque computacional do TJGO. Já foram entregues 300 *notebooks* e 987 *cpu mini (desktops)*, para a Corregedoria-Geral da Justiça e 25 comarcas.

Digitalização do Acervo Processual

Necessidade de retomar o projeto de digitalização do acervo processual, tendo em vista o objetivo estratégico de tramitar todos os processos judiciais em meios eletrônicos.



Videoconferência

Um acordo de cooperação técnica entre os tribunais de Goiás e de Roraima está sendo discutido para implementação de um sistema de videoconferência, que permite gravar e transcrever o conteúdo das audiências. Com acesso via *internet*, a ferramenta traz agilidade e menor custo ao processo.

Aplicativo PJD e Proad

A concepção dos dois aplicativos está em desenvolvimento para facilitar o acesso aos sistemas judiciais e administrativos do Judiciário goiano.

Certidão narrativa online

Desde setembro de 2019, o TJGO passou a oferecer a emissão *online* de certidões narrativas. Com a novidade, partes e advogados não precisam mais se dirigir a cartórios para emitir o documento, que consta todas as movimentações de um processo. Além da emissão *online*, a confecção da certidão agora está automatizada, o que deixou célere a aquisição.

Expansão do sistema de telefonia VoIP

Contratação de empresa, em dezembro de 2019, para aquisição de aparelhos telefônicos, licenças de *software* e *headset* visando à expansão do serviço de telefonia VoIP, com a finalidade de modernização da infraestrutura de telefonia nas unidades administrativas e judiciais instaladas no Fórum Desembargador Felton Teodoro Reis – Varas Criminais, Fórum Cível Heitor Moraes Fleury e na comarca de Anápolis.



Medidas protetivas

Criação do Banco Estadual de Medidas Protetivas de Urgência no Estado de Goiás (BEMP), um sistema de cadastro que irá registrar as medidas protetivas de urgência concedidas em Goiás, nos casos observados na Lei Maria da Penha e Lei nº 13.641/2019. O banco permitirá uma estatística exata das medidas protetivas em vigor em Goiás, como, por exemplo, se a pessoa já foi devidamente intimada dessa medida protetiva e a data da intimação.

Centro de Saúde e Junta Médica



Mutirões de perícias médicas

A Junta Médica do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) realizou três mutirões de perícias judiciais para dar mais agilidade nos processos nos quais o juiz exige a perícia como prova. A ação envolveu perícias de processos relativos à DPVAT, interdições e previdenciárias.



Termo de cooperação para perícias judiciais do DPVAT

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), desembargador Walter Carlos Lemes, e o corregedor-geral da Justiça de Goiás (CGJGO), desembargador Kisleu Dias Maciel Filho, assinaram, em setembro, com representantes da Seguradora Líder, termo de cooperação técnica para a realização de perícias relacionadas ao seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Dpvat).

Com o ato, a realização das perícias médicas judiciais presenciais será determinada pelos magistrados em quaisquer ações que envolvem o Seguro Dpvat, independente de qual seja a entidade/seguradora demandada, assim como em pautas concentradas.

“Agora teremos condições de deixar a Junta Médica focada em suas principais atribuições. Além disso, como será feita em todos os casos, independentes de assistência judiciária ou não, o processo vai tramitar muito mais rápido”, salientou a juíza-auxiliar da Presidência do TJGO, Sirlei Martins da Costa.



- Criação do auxílio-saúde para magistrados e servidores
- Contratação de serviço de UTI móvel
- Aquisição de Vacinas para Magistrados e Servidores do TJGO

Exames médicos periódicos dos magistrados e servidores

O TJGO regulamentou, em 2019, os exames médicos periódicos dos magistrados e servidores do Poder Judiciário, a fim de se implantar ações de promoção, prevenção e vigilância da saúde. A realização dos exames teve seu início em janeiro de 2020.



Social



Cultura

A Pinacoteca Desembargador Camargo Neto e o Espaço Cultural Goiandira do Couto do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) sediou exposições e eventos culturais e artísticos, organizados pela Comissão Permanente de Memória e Cultura, presidida pelo desembargador Itaney Campos. Dentre eles o vernissage da exposição de esculturas Veredas, do artista plástico André Baiocchi, e a exposição Despertar, do artista plástico Diego Freitas. Ainda, a exposição "Tá na Mídia, Tá na Lei", idealizada pelo Centro de Comunicação Social do TJGO, esteve em shoppings da capital e de Anápolis. A exposição trouxe imagens com relatos de mulheres vítimas de violência, bem como de homens que apresentam artigos da lei.



Doações

O TJGO tem promovido uma série de iniciativas sociais para beneficiar crianças, adolescentes e suas famílias, que vivem em situação de risco. De forma voluntária, a esposa do presidente do TJGO, Mariazinha Lemes, tem liderado essas ações, ao lado da esposa do corregedor-geral da Justiça, Regina Célia de Miranda Maciel. A Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), presidida pela primeira-dama Gracinha Caiado, e instituições sociais atuantes no Estado têm sido parceiras do Judiciário no trabalho.

Dentre as ações, em maio, o TJGO doou para a OVG bens apreendidos por ordem judicial, entre roupas, calçados, eletrodomésticos, computadores e vários outros produtos. Ainda, em novembro, cinco mil peças de roupas descaracterizadas e duas camionetes foram entregues para a OVG e outras dez entidades sociais.

O vice-presidente, desembargador Nicomedes Domingos Borges, enalteceu o trabalho das mulheres envolvidas na iniciativa. "Esse tipo de parceria permite que levemos benefícios para a população mais carente de Goiás. Vamos ajudar os que precisam muito", reforçou.

Termo de cooperação técnica TJGO, Executivo e MP

Em setembro, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica nº 07/2018, que destinará verbas de ações de combate à corrupção para recuperação da rede física das escolas públicas estaduais.



Agenda 2030

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, desembargador Walter Carlos Lemes, recebeu certificado emitido pelo CNJ e a ONU Brasil em reconhecimento pela participação no processo de implementação da Agenda 2030.

O TJGO encaminhou ao Conselho Nacional de Justiça relatório detalhado dos projetos e boas práticas adotadas em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a fim de contribuir para o levantamento feito pelo Comitê Interinstitucional. O propósito é a integração das metas estratégicas da Justiça brasileira à Agenda 2030, bem como subsidiar as informações contidas no Portal da Agenda 2030 no portal do CNJ.

Gestão financeira, de material, patrimônio e frota

- Contrato de agenciamento de passagens aéreas
- Mobiliário e equipamentos para o salão nobre da Presidência
- Novo sistema de gestão contratual e de controle de material e patrimônio
- Aquisição de impressoras, multifuncionais e scanners
- Mais de 2 mil aparelhos de ar condicionado para comarcas do interior
- Sonorização do Órgão Especial
- Almoxarifado virtual
- Restaurante escola Senac
- Mobiliário e equipamentos para gabinetes de desembargadores
- Locação de contêineres para armazenamento de armas apreendidas
- Modernização do fundo rotativo/solução corporativa BB
- Comissão de acompanhamento da execução orçamentária
- Gerenciamento eletrônico para aquisição de alimentação para o júri
- Comissão de Elaboração do Plano Plurianual (PPA) do Poder Judiciário
- Centralização do arquivo judicial e dos depósitos de material e patrimônio
- Regulamentação do Protesto de Dívidas Administrativas em favor do TJGO

Meta 1

Ampliar em 10% o resultado dos programas institucionais voltados para o acesso à Justiça

A finalidade é ampliar a atuação das ações realizadas no biênio 2017/2019, bem como ampliar o público atendido por meio dos programas e projetos que visem promover o acesso do cidadão à Justiça em todo o Estado.



Programa Pai Presente



Uma ação de garantia dos direitos de cidadania executado pela Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás, cujo objetivo é a redução do quantitativo de cidadãos que não possuem o nome do pai no registro de nascimento. Consiste, sistematicamente, na realização de campanhas de reconhecimento voluntário de paternidade.

No primeiro ano de gestão, 5.912 entrevistas foram realizadas. Em Goiás, o programa disponibiliza, anualmente, 1.500 testes de DNA gratuitos aos cidadãos que desejam ter a paternidade reconhecida.

“O Pai Presente vem transformando a vida das pessoas com celeridade, eficiência e simplicidade”, pontuou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Kisleu Dias Maciel Filho, na entrega de novas certidões de nascimento e de casamento a beneficiários do programa, em fevereiro de 2019.



Novas varas judiciais

Comarcas do interior foram beneficiadas com a instalação de novas unidades judiciárias em 2019. Nas comarcas de Caiapônia, Guapó e Aragarças foram instaladas a 2ª Vara Judicial (Fazendas Públicas, Criminal, Execução Penal e Juizado Criminal). E, ainda, a 2ª Vara de Família e Sucessões de Rio Verde, a 2ª Vara (Cível, Criminal, das Fazendas Públicas, Registros Públicos e Ambiental) de Itaberaí e a 2ª Vara Cível e Ambiental de Goianésia.



Programa Amparando Filhos

Nesta gestão, o programa foi implantado nas comarcas de Alexânia e de Cristalina. Com encontros humanizados entre mães e filhos, longe do ambiente carcerário, em espaço lúdico, sem os constrangimentos trazidos com as revistas e procedimentos de segurança, o Programa Amparando Filhos busca o acompanhamento de crianças e adolescentes, filhos de mulheres encarceradas, com abordagens multidisciplinares, com psicólogos e assistentes sociais.



Programa Acelerar Previdenciário

Neste primeiro ano de gestão, foram realizadas 8.084 audiências e 7.345 sentenças proferidas, com eventos em 35 comarcas. Os resultados superam o ano de 2018 em 60%, quando foram feitas 5.025 audiências. O Acelerar Previdenciário promove mutirões, com a realização de audiências concentradas de conciliação, de instrução e julgamento das demandas previdenciárias, nas comarcas do interior do Estado, dando prioridade àquelas que estão desprovidas de juizes titulares, com o objetivo de tornar a entrega da prestação jurisdicional mais célere

Programa Justiça Ativa

Em 2019, o programa esteve em 14 comarcas e trouxe como resultado 9.143 audiências, com 3.782 sentenças proferidas. Os dados ultrapassam os números consolidados de 2018, quando foram realizadas 2.126 audiências e 2.317 atos praticados. Por meio de mutirões, o Justiça Ativa mobiliza magistrados, servidores e voluntários, em parceria com o Ministério

Público, a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil, para a realização de audiências simultâneas em comarcas que, via de regra, estão desprovidas de juiz titular, de forma a contribuir para a redução do tempo médio de tramitação processual e, conseqüentemente, reduzir o volume de processos.



Justiça Restaurativa

No Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, a política de Justiça Restaurativa é gerenciada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec). Em 2019, 841 pessoas foram atendidas entre grupos de vítimas de violência doméstica, grupo de autores de violência doméstica, usuários de drogas e infratores de trânsito, por meio de círculo de construção de paz, roda de conversa, palestra e roda de terapia comunitária.



Encontros Regionais da CGJ

Em 2019, a atual gestão da Corregedoria-Geral da Justiça promoveu cinco Encontros Regionais, realizados nas comarcas de Luziânia, Itumbiara, Anápolis, Goianésia e Goiás, totalizando 1.555 participantes, dentre juizes, servidores, convidados e comunidade local. O objetivo é estabelecer um debate aberto entre a comunidade e o Poder Judiciário nas comarcas do Estado, com intuito de receber sugestões, críticas, reclamações e, principalmente, respostas sobre a aceitação e o alcance das ações promovidas por este Poder.

A CGJ, em parceria com a Escola Judicial de Goiás (Ejug), realizou cursos de capacitação nos principais sistemas do TJGO, palestras e, ainda, estabeleceu um canal de comunicação direto com os cartorários por meio de mesa redonda com os responsáveis pelos cartórios extrajudiciais.

Meta 2

Alcançar 3% do índice de desempenho econômico e socioambiental

Permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, com vistas à racionalização do consumo, na busca por melhorias na forma de realizar o gasto público e a gestão dos processos de trabalho.



Terceirização da frota de veículos

Necessidade de modernizar o modelo de gestão de frota do TJGO, buscando aumentar os níveis de eficiência e economicidade, com a diminuição dos custos administrativos. O projeto-piloto foi concluído em setembro de 2019, com a contratação de empresa para a locação de 44 veículos. Estima-se que tal iniciativa contribuirá com a diminuição dos custos administrativos como combustível, manutenção veicular e seguro. Além disso, prevê a adoção de critérios sustentáveis na elaboração dos contratos de combustível com preferência aos menos poluentes e que garantem economicidade.

De acordo com estudos técnicos divulgados*, o percentual de economia das locações em relação ao modelo de aquisição gira em torno de 25%. Sendo assim, a economia estimada é na ordem de R\$ 1,5 milhão para o período de cinco anos de vigência do contrato, apenas em relação aos veículos atualmente terceirizados.

*XVIII Congresso Brasileiro de Custos - Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 07 a 09 de novembro de 2011



Sistema e-Cartas

Em fase de finalização, é uma solução completa de comunicação, que substitui o modelo tradicional de carta comercial por um modelo de correspondência eletrônica. Busca economia e eficiência na produção e distribuição das correspondências emitidas pelo TJGO, em parceria com os Correios, gerando economia de papel, agilidade no trâmite processual e a promoção da responsabilidade socioambiental no Poder Judiciário. O e-Cartas será instalado nas unidades administrativas, juizados especiais e varas judiciais das comarcas do Estado.



Meta 3

Reduzir em 25% o acervo das ações de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública

A finalidade é impulsionar o julgamento das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2017.



Combate à corrupção

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) instalou, em setembro de 2019, a Vara de Combate a Delitos Praticados por Organizações Criminosas e de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores. A unidade foi instalada na comarca de Goiânia e com jurisdição em todo território goiano.

Goiás é um dos poucos estados da Federação a contar com uma vara especializada nesse tipo de delito. A iniciativa atendeu orientação do

Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para que os tribunais tenham, em sua estrutura, pelo menos uma vara com competência exclusiva ou concorrente para o processamento e julgamento de ações que envolvam crimes praticados por organizações criminosas. A Unidade Judiciária tem competência específica para o processamento e julgamento de ações relativas às leis federais nº 12.850/2013 e nº 9.613/1998, o que contribuirá para dar mais celeridade e presteza no combate ao crime organizado.

Meta 4

Atingir 90% do índice de processos eletrônicos

Para este biênio 2019/2021, a meta é propiciar condições para que 90% dos processos de casos novos do Poder Judiciário goiano tramitem em meio eletrônico.



Meta 5

Aumentar em 4% o índice de conciliação

Aumentar o índice global de conciliação no 1º e 2º grau de jurisdição, por meio de iniciativas que impulsionem a adoção de métodos de solução de conflitos, com vistas ao aprimoramento das práticas de prevenção de novos litígios.



Migração para PJe começa por processos da área criminal

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás definiu a migração do sistema Projudi/PJD para o Processo Judicial Eletrônico (PJe). O PJe é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Atualmente é utilizado por mais de 70 tribunais em todo País. O projeto-piloto de migração no TJGO terá início pelos processos da área criminal, que ainda tramitam em meio físico no Estado.

Goiás atualmente utiliza o sistema Projudi/PJD e, com a adesão ao PJe, o TJGO também irá ampliar o índice de virtualização dos processos que tramitam em sua jurisdição, enquadrando-se em um padrão nacional comum aos demais tribunais que fazem parte da plataforma. CNJ e TJGO realizaram estudos de viabilidade para implantação do sistema, que apontou que, além de tecnicamente viável, a plataforma é sustentável e economicamente vantajosa. O sistema é fornecido gratuitamente aos tribunais, contribuindo com a racionalização de gastos, especialmente em relação à aquisição e desenvolvimento de *softwares*.



O Judiciário goiano também irá compor um comitê gestor interno e externo do PJe. Instituições como Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil integrarão o grupo.

Como o sistema está em uso em diversos tribunais do País, o aperfeiçoamento do PJe é constante, e o TJGO agora também poderá contribuir com o desenvolvimento de trabalhos colaborativos para implantação de melhorias.



Semana Nacional de Conciliação 2019

Quase R\$ 201 milhões (R\$ 200,8 milhões) foi o saldo dos acordos realizados durante a 14ª Semana Nacional da Conciliação em Goiás. Ao longo de cinco dias (de 4 a 8 de novembro) foram 73.751 audiências designadas, sendo 69.014 realizadas (93,5%), resultando em 61.574 acordos, um percentual de 89,2%.

Em 2019, foram parceiros do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) o Governo de Goiás, a Prefeitura de Goiânia e a Associação de Bancos (Asban). O balanço final produzido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de



Solução de Conflitos (Nupemec) demonstrou que a expectativa para 2019 foi superada em quase 54%. Na comparação com o ano anterior, a quantidade de acordos na 14ª Semana foi 72% superior a de 2018.

Meta 6

Julgar 38% do acervo de processos dos maiores litigantes

Propiciar meios para impulsionar o julgamento de demandas repetitivas e de grandes litigantes.



Meta 7

Reduzir em 18% o acervo de processos de execução fiscal

Objetivo é alcançar a redução de 18% do acervo de processos de execução fiscal, aptos a julgamento, tendo como referência o acervo distribuído até 31/12/2018.



Projeto Execução Fiscal Eficiente

Para o sucesso do Projeto Execução Fiscal Eficiente foi adotada a ferramenta BI – *Business Intelligence*, um painel gerencial inteligente que permite verificar o panorama da demanda de Execução Fiscal na respectiva vara e definir ações estratégicas para a efetiva prestação jurisdicional.

Em 2019, a partir dos resultados positivos obtidos na Vara de Execução Fiscal da comarca de Goiânia, foram iniciadas as tratativas na comarca de Aparecida de Goiânia para a implantação do projeto na comarca. A Lei Complementar nº 170, publicada em 30 de janeiro de 2020, alterou o Código Municipal de Aparecida de Goiânia e definiu valor mínimo para ingresso da ação, o que permitirá ao Judiciário e ao município uma melhor gestão dos créditos a serem recebidos.

Julgamento dos processos do INSS

Com a realização de 1.120 audiências e 1.023 sentenças proferidas, a equipe do Programa Acelerar cumpriu o cronograma elaborado para o ano de 2019, contemplando oito comarcas (Goianésia, Porangatu, Caiapônia, Minaçu, Trindade, Iporá, São Miguel do Araguaia e Aragarças). O INSS configura entre os quatro maiores litigantes do Estado.



Meta 8

Implantar processos eletrônicos em 50% das unidades judiciárias com competência criminal

Promover a implantação do processo judicial eletrônico para 50% das unidades judiciárias, com competência criminal, no âmbito deste Poder Judiciário, com a finalidade de tornar mais ágil os trâmites judiciais e consequentemente promover a melhoria da entrega da prestação jurisdicional.



TJGO implanta Seeu

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás foi um dos primeiros a implantar o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (Seeu). O sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) permite o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário brasileiro, um trâmite processual mais eficiente e, ainda, proporciona a gestão confiável dos dados da população carcerária do Brasil. Os trabalhos foram iniciados em agosto de 2019 e já foram implantados mais de 52 mil processos no Seeu.

O TJGO contou com a força de trabalho de servidores, terceirizados, voluntários selecionados pela Organização das Unidas (ONU) e integrantes do Comando de Operações Especiais do Exército Brasileiro na força-tarefa de digitalização dos processos físicos, fase inicial para implantação do Seeu. Magistrados e servidores das comarcas da capital e do interior participaram de apresentações e capacitações executadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Escola Judicial de Goiás (Ejug).

O juiz auxiliar da Presidência, Cláudio Henrique Araújo de Castro, ressalta que "a gestão do desembargador Walter Carlos Lemes está empenhada para que o sistema unificado seja colocado em prática da melhor maneira possível, viabilizando o alinhamento e treinamento adequados".



Manual de Digitalização

O Manual de Digitalização de Processos Judiciais Físicos foi lançado em novembro e é utilizado por todas as comarcas do Estado na digitalização de processos de naturezas cíveis e criminais. O objetivo é orientar magistrados e servidores quanto aos procedimentos de digitalização dos processos judiciais físicos, no âmbito do Poder Judiciário goiano. As informações apresentadas visam padronizar os procedimentos de trabalho e garantir a qualidade de imagem e fidelidade de conteúdo em formato digital em relação ao documento original.

Justiça Criminal

Encontro realizado com intuito de promover a Gestão Estratégica e de Projetos no âmbito da Justiça Criminal buscou esclarecer pontos sobre as diretrizes estabelecidas pelo CNJ para 2019 relacionadas ao aprimoramento da gestão da Justiça Criminal. Além disso, foram tratadas as Metas Nacionais de 2019 e a Meta 8 do Plano de Gestão 2019/2021.

Meta 9

Alcançar 70% de satisfação no clima organizacional

Realização de iniciativas de fortalecimento da cultura organizacional, de ações de qualidade de vida no trabalho e de capacitação como medida de valorização de magistrados e servidores.



Centro Educacional Infantil (CEI)

Para proporcionar segurança às crianças, aos servidores e colaboradores, o Centro Educacional Infantil Desembargador Mauro Campos passou por serviços de readequação em suas instalações. A execução, em janeiro de 2020, foi uma das prioridades após a contratação das empresas responsáveis pelas atividades de manutenção predial corretiva e preventiva no TJGO.

Auxílio remoto

Foi implantado projeto-piloto de auxílio remoto nas comarcas de entrância inicial com menor entrada de processos e naquelas com maior volume processual e escassez de servidor, na forma de teletrabalho. Ao final de 2019, a ação resultou em 7.252 processos arquivados.

Teletrabalho

Adoção de providências para adequar as atividades executadas pelos servidores fora das dependências do tribunal às novas exigências do CNJ. Com a implantação do teletrabalho, a administração pretende promover melhorias na qualidade de vida, aumentar a produtividade e a qualidade de trabalho, promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade, dentre outros.

Auxílio-creche

O valor do auxílio-creche foi atualizado no mês de dezembro de 2019, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). A diferença correspondente ao valor atualizado retroagiu ao mês de janeiro de 2018.

Meta 10

Alcançar, no mínimo, 15% (nível inicial) do índice de governança de pessoas

Promover iniciativas, procedimentos e mecanismos que auxiliem na prática de Governança de Gestão de Pessoas, no que tange à tomada de decisões por parte da Administração.



Novo sistema de gestão de pessoas

O objetivo principal do novo sistema de gestão de pessoas, apresentado em outubro de 2019, é a modernização da área de recursos humanos, garantindo maior transparência, celeridade e automação dos dados, além de agilidade nos processos que dependem de informações funcionais. A utilização do sistema começou pela folha de pagamento, logo passará para a fase de instalação dos módulos de atendimento a demandas administrativas, como, por exemplo, férias, diárias, atualização cadastral, dentre outros.

O dossiê eletrônico facilitará a pesquisa sobre os dados e benefícios dos magistrados e servidores. Os usuários poderão acessar suas informações funcionais pela *internet*, de onde estiverem, inclusive do próprio celular. Solicitações de férias, afastamentos, pedido de diárias, dentre outros requerimentos, poderão ser feitos de maneira intuitiva e simplificada, garantindo ainda maior transparência e celeridade na tramitação. O sistema vai automatizar várias rotinas e, inclusive, garantir a concessão de direitos automaticamente. Ainda, melhorar o trabalho da equipe do RH, que era muito manual e fazia com que os servidores da área perdessem muito tempo em controles paralelos em diferentes planilhas.



Dossiês Funcionais

Todos os milhares de dossiês de magistrados e servidores ativos e inativos do Poder Judiciário goiano estão sendo digitalizados, e logo estarão disponíveis, em formato eletrônico, dentro do novo sistema de recursos humanos.

Meta 11

Modernizar os mecanismos de arrecadação com vista a incrementar o orçamento em 8%

Realização de revisões e melhorias nos atos normativos, nas metodologias e nos sistemas utilizados na gestão e controle da arrecadação para obter o aumento do percentual da arrecadação de receitas.



Meta 12

Instituir o índice de governança e gestão objetivando alcançar, no mínimo, 15% de maturidade

O objetivo é avaliar o índice de maturidade em Governança e Gestão por meio do Perfil de Governança e Gestão Pública (PerfilGov).

Promoção da Estratégia e Gestão Orçamentária

A Presidência do TJGO, em parceria com Corregedoria-Geral da Justiça, vem promovendo a Promoção da Estratégia e Gestão Orçamentária em eventos realizados na capital e nas comarcas do interior, para oportunizar a magistrados e servidores a apresentação e discussão acerca das Metas Nacionais/2019 e composição do orçamento do TJGO. A iniciativa reforça o propósito da atual gestão de trilhar um caminho mais colaborativo e transparente.

Manual de Procedimentos para Contadorias Judiciais

Padronização dos processos de trabalho, com o intuito de disponibilizar às Contadorias Judiciais do Estado de Goiás um material de consulta para aprimorar e homogeneizar o conhecimento dos magistrados, servidores, advogados e pessoas interessadas nas atribuições do contador judicial; atualizar os débitos judiciais e os itens que compõe os cálculos, esclarecer legislação e súmulas pertinentes à matéria, ao Regimento de Custas do Estado de Goiás, à taxa judiciária e sua divisão em taxas de serviços estaduais e taxa judiciária.

Correições

Buscando otimizar os serviços prestados pelas unidades judiciais e extrajudiciais de Goiás e evitar a evasão de receita aos cofres públicos, a Corregedoria-Geral da Justiça vem aperfeiçoando a atividade correicional e os mecanismos de arrecadação. Em 2019, foram realizadas 219 correições em unidades judiciais e extrajudiciais, além da modernização do sistema de selos eletrônicos utilizados pelas serventias extrajudiciais.

Gestão Orçamentária

O juiz auxiliar da Presidência, Fabiano Abel de Aragão Fernandes, tem coordenado, no TJGO, o trabalho de disseminação da gestão orçamentária. Dentre as prioridades do presidente Walter Carlos Lemes está o pagamento em dia de magistrados e servidores. Em maio, aconteceu evento que discutiu assuntos pertinentes à arrecadação do Poder Judiciário para promover uma gestão mais efetiva e democrática. Na oportunidade foram discutidos temas como orçamento, custas processuais, orientações com relação à fiscalização das custas judiciais e critérios objetivos para concessão da gratuidade da justiça. O assunto também tem sido debatido nos encontros regionais realizados pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Central Única dos Contadores

Por meio de uma central remota para cálculos, o projeto auxilia as unidades judiciárias com deficiência de contadores e com maior quantidade de processos aguardando cálculos. Desde dezembro de 2019, a comarca de Anápolis, escolhida como piloto, vem recebendo o auxílio, contando com a colaboração de diversos contadores judiciais.



Prêmio de Produtividade

O Prêmio de Produtividade 2019 foi instituído pelo TJGO em parceria com a CGJGO, visando reconhecer magistrados e servidores que conseguirem atingir as Metas Nacionais 1 e 2, além dos melhores índices na Taxa de Congestionamento e no Índice de Atendimento da Demanda (IAD).

Pesquisa de Opinião

Para um caminho mais democrático e participativo no processo de construção do Plano de Gestão e elaboração das metas, foi realizada pesquisa de opinião, disponibilizada em meio eletrônico, para participação da sociedade, magistrados, servidores, advogados e demais partícipes da Justiça, com o objetivo de contribuir para uma gestão judiciária mais transparente, transversal e inclusiva. Ao final do período, foram registradas mais de 1.300 respostas.



Planos Acessórios

Após a aprovação do Plano de Gestão 2019/2021, foram elaborados os planos acessórios, que são desdobramentos da estratégia, com linhas de atuações específicas. São os planos de: Capacitação, Logística Sustentável, Obras e Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

Perfilgov

O Índice Perfilgov (IGG) – instrumento de auto avaliação disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) – foi adotado pelo TJGO para acompanhar e aprimorar a gestão, tornando-a mais transparente e moderna. O índice induz a mudanças de comportamento da administração, incentivando a adoção de boas práticas de governança e aprimorando os serviços prestados à sociedade.

Meta 13

Alcançar 65% no índice de transparência, de acordo com Resolução nº 215/2015 do CNJ

Ampliar o acesso da sociedade às informações de interesse público, pertinentes ao Poder Judiciário goiano, com destaque às iniciativas que visem dar transparência e publicidade na divulgação das ações realizadas.



Meta 14

Melhorar o índice de iGovTIC-JUD, visando ao alcance do nível Aprimorado

Conjunto de mecanismos e procedimentos com o objetivo de assegurar que o uso e aplicação de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC agregue valor à atividade precípua deste Poder Judiciário, com riscos e custos aceitáveis.

Índice de Governança Atual



Nota iGovTIC-JUD

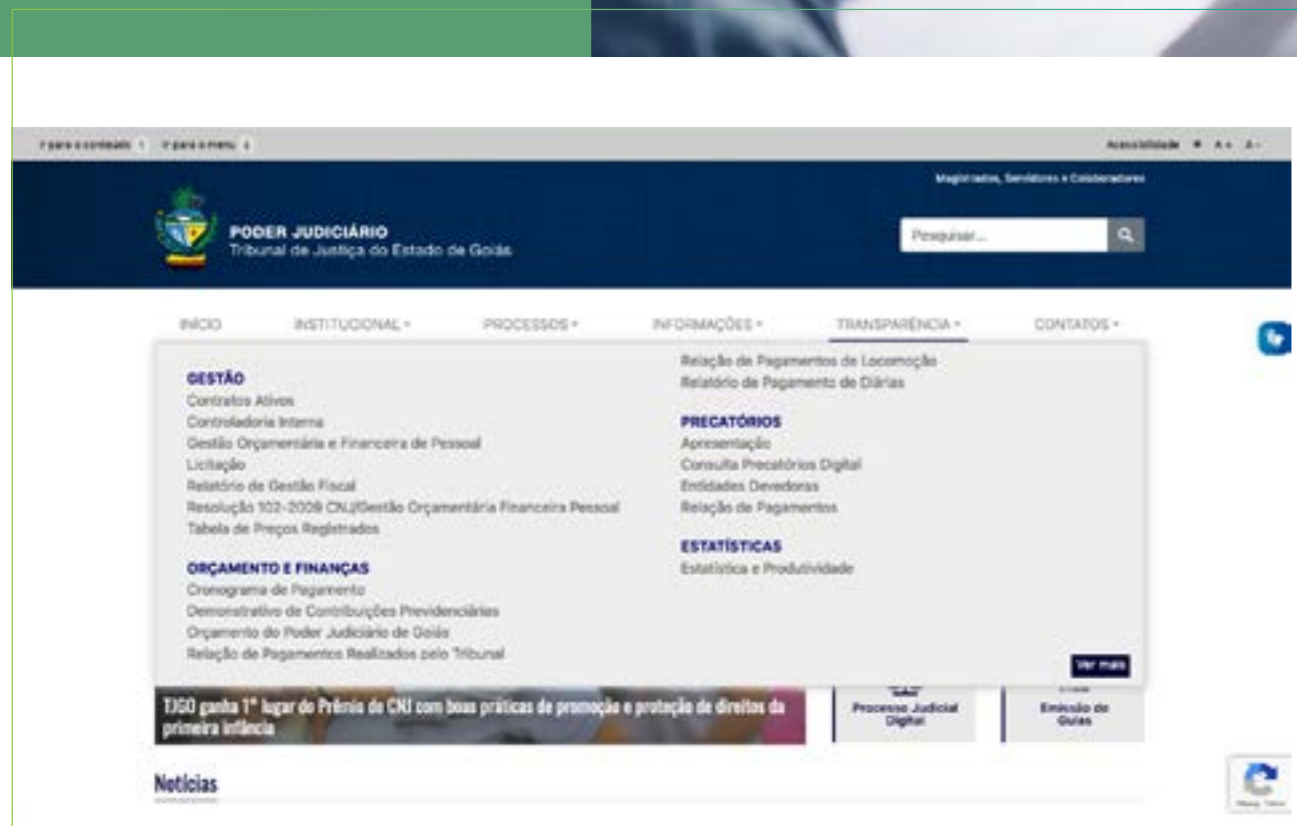
Atualizado em 31/01/2020

Plano de Ação iGovTIC/2019

Em sete meses da gestão, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) subiu de 51% para 72% no índice IgovTIC-Jud, aferido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que gera a nota sobre a governança de Tecnologia de Informação (TI) de todos os tribunais do País. O resultado representa avanços na melhoria da prestação jurisdicional, principalmente, na área de informatização. Criação do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação e o Comitê de Tecnologia da Informação e Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Portal de Governança

A 1ª etapa do novo Portal de Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação, lançado em junho de 2019, reúne todas as informações relevantes do planejamento em Tecnologia da Informação e Comunicação do TJGO.



Portal Eletrônico da Transparência

Elaboração de nova seção no portal do TJGO dedicada à transparência. O público agora pode conferir, em um só local, informações exigidas na Lei de Acesso à Informação (LAI) e na Resolução nº 215/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A expectativa é de que a nova seção, disponibilizada em setem-

bro de 2019, auxilie o público externo e interno e, ainda, contribua para a obtenção do selo de qualidade do CNJ. Além de possibilitar o avanço em número de posições no ranking estabelecido pelo Conselho, que mede o nível de transparência de todos os tribunais de justiça.





FÓRUM CÍVEL
DR. HEITOR MORAES FLEURY

Esta publicação contou
com a colaboração das áreas:
Diretoria-Geral
Corregedoria-Geral de Justiça
Diretoria de Planejamento Estratégico
Secretaria do Órgão Especial
Diretoria Judiciária
Ouvidoria

Produção:
Centro de Comunicação Social (CCS)

Fotos:
Aline Caetano | Wagner Soares

Impressão e Montagem:
Divisão de Impressão Digital (DID)



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás